



# AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMANENTE NA UFRGS



GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO / PESQUISA / EXTENSÃO / GESTÃO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
PERMÁNENTE NA UFRGS**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

**Reitora**

Wrana Maria Panizzi

**Vice-Reitor**

José Carlos Ferraz Hennemann

**Pró-Reitor de Ensino**

José Carlos Ferraz Hennemann

**Pró-Reitor Adjunto de Graduação**

Norberto Hoppen

**Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação**

Jocelia Grazia

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Carlos Alexandre Netto

**Pró-Reitor de Extensão**

Fernando Setembrino Meirelles

**Pró-Reitora de Planejamento e Administração**

Maria Alice Lahorgue

**Pró-Reitor de Infra-Estrutura**

Helio Henkin

**Pró-Reitor de Recursos Humanos**

Dimitrios Samios

**Secretária de Assuntos Institucionais e Internacionais**

Sílvia Maria Rocha

**Secretária de Avaliação Institucional**

Ana Maria e Souza Braga

**Secretário de Educação a Distância**

Sérgio Roberto Kieling Franco

**Secretária de Desenvolvimento Tecnológico**

Maria Alice Lahorgue

**Secretário do Patrimônio Histórico**

Christoph Bernasiuk

**Secretário de Assuntos Estudantis**

Angelo Ronaldo Pereira da Silva

**Coordenador de Educação Básica e Profissional**

Aldo Antonello Rosito

**Procurador Geral**

Armando Pitrez

**Chefe-de-Gabinete**

Carmen Regina de Oliveira

# AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMÁNENTE NA UFRGS



GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO / PESQUISA / EXTENSÃO / GESTÃO

© Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
1ª edição: 2003

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

---

U58a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Avaliação Institucional.  
Avaliação institucional permanente na UFRGS: graduação, pós-graduação,  
pesquisa, extensão, gestão / Ana Maria e Souza Braga, Márlis Morosini Polidori  
e Renan da Silca Castro (Coords.); Denise Balarine Cavalheiro Leite (Consult.)  
– Porto Alegre: Secretaria de Avaliação Institucional/UFRGS, 2003.

Apresentação de Wrana Maria Panizzi.

Inclui lista de siglas.

Inclui referências bibliográficas.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2. UFRGS – Avaliação Institucional Permanente. 3. Avaliação institucional – Brasil – História. 4. UFRGS – Graduação – Avaliação. 5. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. 6. Programa de Avaliação Institucional da UFRGS – PAIUFRGS. 7. UFRGS – Pós-Graduação – Avaliação. 8. UFRGS – Pesquisa – Avaliação. 9. UFRGS – Extensão – Avaliação. 10. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior – PADES. 11. Evasão – Estudo da. 12. Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior – GED. 13. Gestão – Avaliação. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. II. Secretaria de Avaliação Institucional. III. Braga, Ana Maria e Souza. IV. Polidori, Márlis Morosini. V. Castro, Renan da Silva. VI. Leite, Denise Balarine Cavalheiro. VII. Título.

CDU 378.4(816.5)

# Apresentação

A educação superior, como outros níveis da atividade educacional, certamente deve ser avaliada. O consenso sobre a questão, entretanto, parece limitar-se a essa constatação. O tema é controvertido, inclusive nos países que acumulam grande experiência no assunto. No Brasil, embora esse debate não seja uma novidade, as ações sistemáticas nesta direção são bastante recentes.

A experiência brasileira em avaliação não pode ser dissociada nem da abordagem das políticas implementadas pelo Estado, nem da “curta” história da Universidade no país. Certo, nos orgulhamos porque algumas de nossas mais antigas universidades têm cursos centenários, mas sabemos que a experiência da Universidade, como instituição, é tardia no Brasil. Quando digo Universidade, refiro-me àquela instituição surgida na Europa medieval e ali modernizada no século XIX, quando se constituíram as bases da educação superior moderna como atividade pluridimensional, onde o mundo das idéias, da pesquisa científica e da reflexão filosófica, articula-se à formação profissional. Ao contrário do que aconteceu na Europa e em alguns países da América, em nosso país a Universidade nasceu fragmentada no plano acadêmico e organizacional e precisaria de anos para constituir um “corpo” a partir das partes que lhe deram origem.

De fato, somente a partir de 1950, ano em que se constituiu o Sistema Federal do Ensino Superior, o Estado brasileiro passou a implementar políticas mais consistentes no que se refere à educação superior. O sistema público

de educação superior se estende pelo território nacional. Naqueles anos, talvez porque era estatisticamente quase desprezível o número de brasileiros que tinha acesso à educação superior, as autoridades governamentais e nossas poucas universidades, ocupadas em aumentar a oferta de matrículas e de cursos, pouco se interessavam pelo tema da avaliação. A “qualidade” da educação superior parecia garantida pela adoção dos programas de ensino “padrão” sugeridos pelas autoridades e corporações profissionais. Nos anos 1960 e 1970, quando a pesquisa integra-se à vida universitária, realizam-se avaliações esporádicas. O quadro da educação superior modificava-se rapidamente. Já na segunda metade dos anos 1970, com o crescimento da pós-graduação, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e outras agências começam a avaliar o trabalho de nossos pesquisadores e programas de pós-graduação. Nos anos 1980 e 1990, multiplicam-se as instituições privadas de ensino e o governo federal reduz os investimentos na educação superior – cabe lembrar que, nos anos 1960, somente 1/3 dos estudantes universitários brasileiros frequentavam instituições privadas, enquanto nos anos 1990 apenas 1/3 do total de matrículas em cursos de graduação era oferecida por instituições públicas.

As experiências de avaliação visando a pós-graduação já contavam mais de uma década e o Brasil ainda não dispunha de qualquer processo sistemático de avaliação de seus cursos de graduação e de suas instituições de educação superior. Esse debate ganha impulso quando da criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Iniciada em 1993, a implementação desse programa foi precedida de amplas consultas, realizadas num ambiente político bem diferente daquele que marcou o nascimento do Sistema Federal de Ensino Superior. Vivíamos o processo de redemocratização do país e ganhava força o questionamento da presença do Estado na economia e em outros setores da vida nacional, inclusive no terreno da educação superior.

O PAIUB, a primeira tentativa de implantação de um sistema nacional de avaliação da educação superior, não teria, contudo, todas as suas potencialidades exploradas. Entre os aspectos interessantes dessa experiência, cabe destacar que ela nasceu nas universidades públicas e procurava responder a preocupações de fato existentes no seio das comunidades universitárias – e não como resposta a uma “demanda externa” ou a uma “imposição burocrática”. Embora tenha surgido a partir da reflexão sobre o desempenho de nossos cursos de graduação, o PAIUB, na sua formulação original, apontava para a construção de critérios de avaliação ao mesmo tempo abrangentes e heterogêneos visando a ação das universidades como “instituição”, menos do que a determinação da eficácia e eficiência das mesmas, ou de alguns de seus setores ou cursos, como “organização”.

A trajetória do PAIUB seria modificada já no primeiro período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os recursos para o financiamento do programa foram cortados e, a partir de 1996, o governo dava novo

tratamento ao tema, privilegiando um conjunto diverso de indicadores considerados “mensuráveis”. Enquanto o PAIUB apontava para a construção paulatina e concertada de um sistema abrangente e orgânico de avaliação, a nova política estimulava certa fragmentação. A Universidade, pouco a pouco, passa a ser assimilada a uma “organização” e esta, para prestar um bom serviço aos seus “clientes”, deveria administrar seus recursos humanos e patrimoniais seguindo modelos empresariais.

A experiência brasileira sugere a existência de visões conflitantes, e mesmo contraditórias, sobre a missão da Universidade como instituição. O PAIUB, ao ser formulado, buscava a construção de instrumentos de avaliação do sistema de educação superior e de cada instituição como “todo”. O programa não desprezava o “dado quantitativo”, mas o submetia a uma lógica de avaliação institucional e de promoção dos atores envolvidos nos processos focalizados, isso com o propósito de induzir o fortalecimento da Universidade como instituição e da educação superior como sistema. Em oposição a esta abordagem, avançou no país uma compreensão que vê no processo de avaliação sobretudo um instrumento de “classificação” dos “melhores” cursos e dos pesquisadores “mais produtivos”. No caso dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores, os critérios de classificação, na essência, são definidos pelas agências de fomento. Trata-se, finalmente, de uma avaliação “externa” que, apesar dos seus méritos, estimula mais a competição do que a cooperação entre os pesquisadores e os centros de pesquisa, dada a valorização crescente dessa atividade por parte dos agentes econômicos e por outras tantas razões. Esse tipo de avaliação, ao visar mais o mérito individual do que o trabalho coletivo, leva os pesquisadores a se interessarem cada vez menos pelo projeto acadêmico de suas instituições. No caso dos cursos de graduação, deu-se importância demasiada ao chamado “Provão”, como se a qualidade de uma instituição pudesse ser aferida apenas com base no desempenho dos estudantes que diploma – não por acaso, depois da realização de cada prova, aqui e ali estendem-se as faixas com os dizeres “Faculdade tal nota A” e, igualmente não por acaso, aos poucos descobrimos que, aqui e ali, se promovem cursos preparatórios para o “grande teste”. Outra conseqüência preocupante de um processo de avaliação que privilegia indicadores quantitativos diz respeito ao trabalho docente. Para a formação de um bom profissional, todos parecem concordar com isso, o trabalho docente (preparar e ministrar aulas, orientar os trabalhos dos estudantes, recebê-los, etc.) é fundamental. Como este tipo de atividade e, sobretudo, sua “qualidade”, são dificilmente mensuráveis, sabemos que a atividade docente nem sempre é corretamente valorizada.

Evidentemente estas observações não têm a pretensão de esgotar um problema tão complexo. Não sou pesquisadora do tema e escrevo estas notas com base em minha experiência como professora e reitora. O que gostaria de sublinhar é que nossa trajetória recente no terreno da avaliação, ao dar demasiada importância a indicadores quantitativos e ao padronizar a mensuração da pro-

dução acadêmica com base em critérios estabelecidos por agências de fomento, além de contribuir para a crescente fragmentação das instituições, tem estimulado as universidades a desempenhar o papel de mera “organização prestadora de serviço”, cujas funções tenderiam a se resumir à gestão de recursos humanos e à preparação de mão de obra qualificada para o mercado. Ora, não há dúvida que a Universidade deve considerar as demandas do mercado e que seus pesquisadores devem interagir com as empresas e com as agências de fomento. Porém, nem a Universidade como instituição, nem a educação superior como sistema, pode reduzir sua missão a tão pouco. A Universidade e o sistema de educação superior brasileiro têm sentido como projeto social se formarem para a cidadania e se tiverem capacidade de exercer um papel estratégico para o desenvolvimento nacional, inovando e “gerenciando”, por assim dizer, nosso legado científico e cultural – e não como mera organização prestadora de serviços. Com base nessa compreensão penso que devemos avaliar, sim, mas a partir de um projeto de nação e de um conceito de Universidade. A conclusão pode parecer genérica, mas ela resume o espírito dos compromissos firmados em Paris, inclusive pelo Brasil, em 1998, na Conferência Mundial sobre Educação Superior:

Avaliar para afirmar a Universidade como instituição – este deve ser nosso grande objetivo. Se queremos ver ruir definitivamente o que construímos nas últimas décadas, no sentido da afirmação de um sistema educacional e de uma Universidade socialmente comprometidos, deixemos tudo como está. Se queremos renovar e levar adiante nossas mais preciosas experiências em educação superior, então precisamos construir um processo de avaliação que, sem desconsiderar o caminho que já percorremos, estimule o trabalho coletivo e a cooperação entre os pesquisadores, valorize o projeto acadêmico institucional, submeta a eventual prestação de serviço a propósitos outros que não o da mera obtenção de recursos financeiros, considere com igual importância a exploração das fronteiras do conhecimento e o trabalho docente, promova o desenvolvimento do conjunto das ciências e das disciplinas e não apenas daquelas consideradas “rentáveis”.

Há sentido em promover um processo de avaliação sistemático e abrangente da nossa educação superior se queremos, por esse e por outros meios, continuar a obra de construção da instituição universitária no Brasil. A Universidade Pública tem grande responsabilidade nesse processo. Estamos diante de um processo complexo e pleno de conflitos, que demanda de nossas instituições, não a reivindicação, mas o exercício da autonomia. Nenhum processo de avaliação terá êxito se as universidades não definirem suas próprias vocações e suas estratégias de crescimento. As universidades precisam se posicionar, de maneira clara, quanto às fronteiras que as separam do Estado e dos agentes “externos”, presenças sem dúvida necessárias na regulação de suas atividades e na avaliação de seu desempenho. Para tanto, além da reivindicação do exercício de certos direitos, devemos estar preparados para reivindicar novos deveres e responsabilidades.

Estamos, portanto, diante de um grande desafio. Creio, porém, que estamos maduros para enfrentá-lo. Se a história da Universidade em nosso país é tardia, dispomos hoje de um sistema de educação superior de porte e qualidade que não podem ser desprezados. A partir de nossa experiência, dialogando sempre com a experiência internacional, devemos prosseguir nossa caminhada no terreno da avaliação – corrigindo talvez o seu curso, para avançar na boa direção. Assim, no momento em que o tema volta a ser amplamente debatido, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul expõe neste livro a sua própria experiência de avaliação institucional, que já completa dez anos. Esperamos que esse resgate histórico possa contribuir para que os colegas da nossa e de outras universidades e instituições de ensino superior brasileiras aprofundem o tratamento de um assunto que se revela de grande importância para o nosso futuro.

WRANA MARIA PANIZZI  
Reitora da UFRGS

